

**Brasilien: Neustart 2023 - Soziale
Bewegungen nach der Wahl**

www.kooperation-brasilien.org



Titel: Zur Lage von Menschenrechtsverteidiger*innen und Bewegungen

Datum: 26. November 2022

Uhrzeit: 14:00 – 15:30 Uhr

Podium/Input: Larissa Moraes (comunidade quilombola/fase)
Cacique Jorge Tabajara (indigener Sprecher, Anwalt bei YBI)
Marina Oliveira (Menschenrechtsverteidigerin aus Brumadinho)

Moderation: Madalena Ramos Görne (Misereor)

Protokoll: Milos Steinhaus Quellmann

Introdução:

Madalena: hoje será tematizada a situação dos defensores dos direitos humanos. É importante lembrar, que atrás dos movimentos estão sempre pessoas, que pagam um preço alto por elevarem suas vozes, principalmente nos últimos 4 anos com o governo Bolsonaro. Para tratar desse tema trouxemos três convidados e convidadas, que estão diretamente envolvidos e envolvidas nas lutas pelos direitos humanos no Brasil: Marina Oliveira – defensora direitos humanos, movimento em Brumadinho com as vítimas do rompimento das barragens, Cacique Jorge Tabajara – cacique, advogado da YBI que auxilia os indígenas em processos judiciais, Larissa Moraes – quilombola, ativismo contra um projeto de ferrovias ameaçando a comunidade. Painel terá duas partes, primeira parte cada um fará uma apresentação, a segunda parte será dedicada à perguntas do público.

Apresentações:

Marina Oliveira:

Sobre ela e sua atuação como defensora de direitos humanos:

- desde o dia 25 janeiro 2019 (dia do rompimento da barragem em Brumadinho) vem se transformando em defensora de direitos humanos, além de ser atingida diretamente. Trabalha para Caritas-MG. No Brasil trabalhou com grupos internacionais como DKA e Misereor.
- 26 cidades são atingidas pelo rompimento, além disso outros grupos: agricultores familiares, populações indígenas e a diversidade de violações é muito grandes
- trabalhando e convivendo com comunidades foi aprendendo a ser defensora de direitos humanos e aprendendo com saberes populares e tradicionais.
- Realidade da tragédia: “eu vi a lama, a contaminação, corpos, vi exames de sangue que já atestam metais pesados no sangue das nossas crianças, vi peixes chegando mortos, vi o povo Tapajó enterrando peixes um a um, amigos meus de mesma idade tinham o mesmo direito de viver.” Viu a diversidade de comunidades e violências cometidas contra elas, principalmente as práticas de empresas para não permitir possibilidades de enfrentamento.



Estratégias empregadas pela empresa contra as comunidades:

1) Cooptação:

- individualizar tudo, tratar violências como casos isolados. Quando Marina participou de uma palestra no Chile, uma representante da Vale se acercou a ela e se ofereceu para colaborar em caso de necessidade → problema disso: individualizar problemas que são estruturais e também criar conflitos dentro das comunidades, não só no nível individual, mas também institucional.
- acordo da vale com o Estado de MG à portas fechadas sem presença de comunidades – cooptação dos estados, cooptação dos meios de comunicação, das universidades.
- Estratégia básica de falta de informação, deixar confusas as comunidades, não sabem em que e em quem acreditam.
- Controle da narrativa: Vale entrega jornais explicando o que é reparação, Vale tem programa de formação de lideranças nas comunidades.
- em Minas Gerais a Vale fez enorme esforço de cooptação do sistema de justiça, realizando um evento de advogados da Vale com os juízes do caso como convidados

2) Perseguição:

- denúncias contra os/as ativistas (por exemplo acusações de relações sexuais com padres, quilombolas...),
- intimidações: ela recebeu mensagens organizadas de grupos bolsonaristas em redes sociais, de grupos católicos da extrema Direita atacando alas da esquerda católica.

Cacique Jorge Tabajara:

- desde muito jovem na militância, desde 2007 seu povo decidiu fazer auto demarcação das terras indígenas, 5000 hectares de terra, pouco mais de um ano vivendo na mata no território, lutando contra os posseiros, teve que se ausentar por muito tempo da própria aldeia para se esconder contra ataques.
- resolveu estudar para defender mais qualificadamente o seu povo. Estado brasileiro negligente para demarcar territórios indígenas, não cumpre com a constituição, única solução encontrada foi a auto-demarcação.
- como advogado participa do escritório popular de defesa indígena ocupado exclusivamente por indígenas. Isso é importante, pois o ministério público nem sempre está à disposição para fazer a defesa dos indígenas, ausência de defesa com conhecimentos técnicos dos povos motivo de perdas de terras. Além disso a FUNAI nos últimos anos foi totalmente contrária à demarcação, nos últimos 4 anos consenso indígena de pelo menos manter os direitos que já existem, nem entraram na luta para demarcar novos territórios
- nesse ano completam 15 anos de retomada. Atualmente acompanham mais de 80 processos, a maioria dos processos estão paralisados e os povos não tem conhecimento como estão os processos.

Brasilien: Neustart 2023 - Soziale Bewegungen nach der Wahl

www.kooperation-brasilien.org



Sua função como advogado é garantir que os direitos constitucionais sejam cumpridos observando o andamento dos processos. Eles judicializam a questão da terra indígena do cajueiro, juiz decretou estado de emergência e o STF manteve decisão de demarcar a terra, mas com um governo anti-indígena, o Estado brasileiro barrava os processos e não cumpria sua função.

- aldeia vive cercada por gado, crianças não podiam andar livres na aldeia devido ao risco. Decidiram fazer um trabalho de proteção territorial. Fizeram uma cerca para delimitar os territórios, terminaram depois de 5 anos, notificaram os fazendeiros para que tirassem os seus gados (já como advogados).

- nova luta retirar os posseiros: 1-gerando documentos e 2-fazendo pressão, sua aldeia é um dos exemplos mais evidentes da efetividade da autodemarcação, já que quase todos os posseiros já foram retirados do território.

- defendem educação específica e diferenciada (constituição desde 1988 garante educação escolar indígena). professores indígenas para fortalecer a cultura do povo e para usufruir de toda a riqueza da terra: dão aulas para crianças sobre a mata e como defender a mata, preservar a vida dos animais, da caça, preservação da flora, de cada espécie da mata e evitar queimadas.

- marco temporal é uma tese totalmente absurda. Artigo 231 da constituição é expresso – índios bem como suas línguas, crenças e tradições devem ser protegidas e respeitadas. Direito sobre a terra é originário e congênito, existe antes da existência do próprio Estado.

-Defesa enquanto cacique e defensor dos direitos humanos passa primeiro pelo direito de existir do próprio povo, hoje o governo nega indígenas e não cumprem o seu direito de demarcar e proteger. Busca a cada dia força para resistir, pois são ameaçados constantemente, preferem se organizar pois nem sempre é garantido seu direito, além das tentativas de homicídio e ameaças. Lutar para que futuras gerações indígenas possam viver com seus costumes.

Larissa Moraes:

Território quilombola África e Laranjituba, Abaetetuba, Pará:

-expectativa de no novo mandato conquistar e realizar defesa do território,

- Moram numa area preservada, ao longo do tempo começou a sofrer ameaças e impactos, ficam em localidade estratégica na conexão com o litoral.

- grandes empreendimentos afetando o territorio – ferrovias (ferrovia paraense e ferrovia Norte-Sul) causam prejuízos na região que querem desenvolver. Empresas causaram conflitos com as comunidades vizinhas, empresas jogaram comunidades uma contra as outras.

- rádio comunitária criada para dar apoio, dificuldade de funcionamento por questão de licitação de funcionamento. 2015 conseguiram parar rodovia, mas nos últimos anos ela vem chegando mais perto.

- Um por todos e todos por um, existir para resistir



Perguntas:

1. O que dá força para vocês continuarem na luta?

Marina: saber que não andamos sós. Caldo de diversidade e resistência nos territórios conforta muito. Na mesma proporção do ataque, tem o apoio dentro da igreja e de parceiros (MST; MAB; MAM; Indígenas, quilombolas). Apoio transcende fronteiras. Sentimento de comunidade, viver em comunidade. Nas vitórias celebramos, nas derrotas choramos coletivamente, mas também fazemos piadas. Sozinhos não chegamos em lugar nenhum. Defensor de direitos humanos não trabalha sozinho.

Cacique Jorge Tabajara: estamos lutando por algo legal e justo, embora muitos outros sejam contrários. Lutamos pelo direito de existir, lutamos pelo direito da coletividade. O cacique não decide para o povo, o povo decide de forma conjunta. Luta é por saber que podemos viver dignamente no território, cuidar dos animais, contra o Estado capitalista opressor. E um dia saber que direitos serão concretizados.

2. Pergunta sobre formas de proteção: Qual a importância dos movimentos criarem suas próprias formas de proteção. Desde 2004 existem políticas de proteção para defensores de DH na constituição. Que recomendação vocês fariam para que o programa de proteção dos defensores de direito possa funcionar?

Cacique Jorge Tabajara: teve apenas uma visita de defensores na aldeia. Programa tem que estar mais presente com atuação mais incisiva junto às pautas que eles como defensores seguem. As próprias comunidades poderiam comunicar quais são os riscos para o programa. Segurança jurídica ligada com a polícia militar e a polícia evita entrar em território indígena: indefinição de competência entre polícia militar e polícia federal. Programa poderia articular as forças de segurança para saber de quem de fato é a competência. Defesa necessita atuar politicamente nos processos, Estado brasileiro responsável pela defesa constitucional, portanto tem que iniciar com a execução da defesa. Novo governo: cenário melhor possível, planejam ministério dos povos originários, Ceará elegeu governador que conhece as aldeias. Querem secretaria dos povos indígenas no Ceará. Calendário de demarcação de terras é extremamente necessário.

Marina: Problema dos programas de proteção: sucateamento, política pública instável, no governo Bolsonaro instituições do Estado ocupadas por cargos de confiança, programa não estruturado e sem recursos. Como tentar fortalecer os programas para que eles sejam melhor estruturados e não mudem de acordo com o governo: recebi a orientação de não participar de programas de proteção por passar dados para o governo e assim correr mais riscos. Novo governo garante que pessoas razoáveis ocupem os cargos. Nos últimos anos não tinha a quem recorrer, agora ao menos tem representantes que valorizam a questão de direitos humanos nos diferentes níveis, sem ter que pedir socorro internacional toda hora.

3. Poderiam falar mais sobre o trabalho de fraternidade e sororidade nesse novo contexto pós eleições, e também, sobre como se defender estrategicamente em comunidade?



Marina: autoorganização dos atingidos, criar grupos ou comissões de atingidos de cada comunidade que se reúne periodicamente. Exigir isso de maneira prática. Vale tem funcionários que estudam as comunidades e o Estado. Então as comissões tem que estudar as estruturas da Vale também. Tem que preparar para as reuniões e entender os direitos. Pressionar o Estado, organizar coletivamente demandas, manifestações, protestos, ações de lobby com políticos locais, pressão internacional. Na Europa tem varias coisas sendo decididas que afetam eles (acordo Mercosul, etc.). Disputar a sociedade mostrar que tem outras alternativas. Nós criamos nosso próprio jornal, escolhemos quem vão ser as fontes. Também temos parcerias com grupos de estudos de universidades, pesquisas em comunidade.

4. STF foi favorável à demarcação no Ceará, portanto de quem deve se cobrar para que ela ocorra?

Cacique Jorge Tabajara: Competência de demarcar é da união – FUNAI e ministerios responsáveis pelas terras indígenas. Caso decisão do STF fosse contrária, processos continuariam tramitando, mas esperança que nos próximos anos o processo vá para frente.

5. Você vê a advocacia popular dos povos como uma necessidade, você acredita nesse caminho de advocacia popular e estratégica como solução para os problemas indígenas?

Cacique Jorge Tabajara: defesa jurídica importante em várias áreas, por exemplo: conseguimos vacinar todos os indígenas estando ou não aldeados através do nosso trabalho. Objetivo também de impôr ao novo governo um calendário de demarcação das terras indígenas e a participação dos indígenas para discutir um orçamento próprio para a demarcação. Defesa jurídica indígena chega onde jamais defensorias conseguiriam chegar, fazem a defesa de indigenas presos, reféns. Defensoria pública não conhece realidade dos guerreiros. Advocacia popular indigena conseguiu muitos efeitos para os seus povos.

Agradecimentos finais e homenagem às vítimas de Brumadinho:

Madalena: para finalizar, peço para que completem a frase: Para mim defender os direitos humanos...

Marina: é fazer o que precisa ser feito.

Cacique Jorge Tabajara: defender os direitos indígenas é fazer justiça em nome dos mais vulneráveis da coletividade.

Larissa: é nós lutarmos uns pelos outros.

Agradecimentos finais, e em seguida foi realizada uma pequena cerimônia para lembrar as vítimas de Brumadinho.